

As populações indígenas frente à Colônia do Sacramento: dos conflitos às categorias de classificação colonial no Rio da Prata (1680-1777)*

por

Eduardo Santos Neumann¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Colônia do Sacramento, fundada em 1680 pelos portugueses, desde os seus primórdios atuou como um fator de alteração nas relações étnicas e sociais no Rio da Prata. Esta cidade-la se apresenta como um cenário promissor e privilegiado para observar tanto as ações como as denominações atribuídas as sociedades indígenas na América meridional. Na correspondência dos jesuítas e na documentação dos governadores coloniais há informações a respeito das categorias de classificação atribuídas à essas populações. Estes dados, apesar dos seus limites, nos permitem interrogar a respeito das condições de produção da diferença, das maneiras pelas quais certas comunidades passam a ser percebidas como uma coletividade.

PALAVRAS-CHAVES: *Colônia do Sacramento; populações indígenas; categorias de classificação; Rio da Prata; fronteiras coloniais.*

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Neumann, Eduardo Santos, “As populações indígenas frente à Colônia do Sacramento: dos conflitos às categorias de classificação colonial no Rio da Prata (1680-1777)”, *Revista de Indias*, LXXXIII/287 (Madrid, 2023): 143-174. <https://doi.org/10.3989/revindias.2023.006>.

A fundação da Colônia do Sacramento desempenhou o papel de ponta de lança dos interesses mercantis lusitanos na América meridional. Tratava-se de um importante entreposto comercial estabelecido pelos portugueses em 1680, na margem norte do Rio da Prata —em frente à cidade de Buenos Aires—,

* Esta investigação contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da concessão de bolsa de produtividade PQ.

¹ eduardosneumann@gmail.com, ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2824-6785>

que por sua posição estratégica foi o epicentro das principais tensões na região. E, durante quase um século, sua história esteve caracterizada por uma sucessão de conflitos e negociações entre as monarquias Ibéricas².

Esta praça comercial se apresenta como um cenário promissor e privilegiado para observar tanto as ações como as denominações atribuídas aos indígenas na região. Desde os seus primórdios, Colônia atuou como um fator de alteração nas relações étnicas e sociais travadas no sul da América meridional. Nesse artigo, saliento que nessas disputas as populações indígenas desempenharam um papel relevante, atuando como aliados dos espanhóis —caso dos índios egressos das reduções— nos cercos e tomadas de Sacramento; e os demais grupos de indígenas que também ocupavam o território —denominados de «índios infiéis»— esses, por vezes, mantiveram atividades comerciais com os lusitanos.

As pesquisas dedicadas às populações indígenas, desde o final do século XX, têm se aproximado da perspectiva da etno-história (ou antropologia histórica), resultado da interlocução constante entre a História e a Antropologia, aproximação está que proporcionou novas reflexões sobre a própria natureza dos contatos culturais. Trabalhos nos quais se tem valorizado as reações indígenas à colonização europeia, demonstrando como estas foram surpreendentes e diversas e que não poderiam ser reduzidas as atitudes de passividade ou de uma resistência inabalável. Afinal, tal binômio encobre uma ampla gama de manifestações que não podem ser tomadas como tábua rasa, ou seja, uma simplificação redutora das estratégias das populações indígenas diante das novas conjunturas encetadas pela presença europeia nas Américas³.

Diante destas reconsiderações deveríamos deixar de pensar a história das sociedades originárias apenas pelo prisma da destruição e extinção, entendimento que levou à marginalização destas populações da História da América, mas adotar um enfoque que permita reinterpretar o papel dos indígenas na formação da própria sociedade colonial. Para tanto, John Monteiro propõem estudar a história indígena por um viés de recriação de identidades frente ao contato com os europeus, pois sabemos que tanto as populações que se mantinham refratárias ao contato, «como as que foram mais intensamente envolvidas nos esquemas coloniais tiveram que adotar novas formas de resistência, muitas vezes lançando mão de estratégias, retóricas e materiais buscados entre os europeus»⁴.

² Para um estudo pioneiro no estabelecimento da Colônia do Sacramento, focado nos aspectos políticos e diplomáticos. Almeida, 1973. Pesquisas recentes, ver: Prado, 2002. Posamai, 2006.

³ Monteiro, 2001.

⁴ Monteiro, 1999: 242.

Em consonância com esta perspectiva e amparados nos subsídios provenientes da pesquisa em arquivos, os debates recentes na historiografia brasileira têm enfatizado o papel desempenhado pelos indígenas enquanto agentes sociais, privilegiando as estratégias adotadas frente às situações de conflitos, destacando seu papel como mediadores ou protagonistas históricos. Portanto, os índios que até então estavam ausentes, ou pouco presente nos trabalhos sobre a América colonial portuguesa, agora assumem a condição de sujeitos nos eventos em que estiveram envolvidos⁵. A adoção desse novo paradigma tem como reflexo imediato uma mudança no entendimento da capacidade de agir das populações indígenas, valorizando as situações intermediárias, representando um grande avanço em relação aos modelos pautados em dicotomias discutíveis como resistência/aculturação ou civilizado/selvagem. Tal renovação tem permitido destacar a ação dos indígenas em diferentes contextos e oportunidades.

As contribuições da antropologia à temática indígena vieram acompanhadas de uma ampla revisão das categorias de classificação e dos conceitos que outrora os próprios historiadores compartilhavam, sem qualquer problematização. Um exemplo é o uso do termo «nações» para se referir às populações nativas. Esta é uma denominação muito presente nas fontes, mas com sentido muito diverso do que utilizamos atualmente. Para contornar estas imprecisões as atenções agora estão direcionadas à própria constituição das identidades indígenas. O interesse em compreender como estas denominações foram atribuídas durante a ocupação e colonização das terras americanas fomentou um debate a partir da noção de «etnogênese», discussão que remete às proposições de Guillaume Boccara voltadas a perceber a capacidade de criação e recriação de identidades indígenas no contexto colonial. Essa assertiva permitiu repensar a configuração identitária dos grupos sociais enquanto uma articulação entre os processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pelo colonialismo. Em grande medida as «etnias» indígenas são produções coloniais, resultado de interações socioculturais. O entendimento das sociedades originárias necessitou ser dinamizado e as perspectivas ahistóricas e arcaizantes foram em grande parte descartadas⁶.

Como parte dessas reavaliações também foi questionada a validade do uso de algumas noções cristalizadas no meio acadêmico. O próprio conceito de «fronteira» igualmente necessitou ser relativizado. Agora a fronteira já não é mais somente uma linha que separa domínios, mas um local de interação, um

⁵ Para uma aproximação a essa produção. Farage, 1991. Monteiro, 1994. Vainfas, 1995. Almeida, 2003. Carvalho Júnior, 2005. Garcia, 2009.

⁶ Bocarra, 2000: 1-56. Monteiro, 2001.

espaço caracterizado por permeabilidades e trocas culturais⁷. Contudo sempre é oportuno recordar que estas interações foram estabelecidas à revelia das sociedades indígenas que já estavam instaladas nesses territórios alheias, portanto, a essa condição de área limite. A fronteira como um espaço limítrofe somente fazia sentido aos colonizadores⁸. Estas reconsiderações também permitiram problematizar as classificações «étnicas» vigentes desde o período colonial. Elas são agora entendidas como parte constitutiva de um jogo, de uma construção social⁹. Atualmente sabemos que desde a chegada dos representantes das instancias coloniais —tanto a militar, civil ou religiosa—, as populações indígenas estavam sendo descritas como «nações»¹⁰.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é destacar a presença indígena na formação social dessa região e demonstrar como a partir da intensificação desses contatos, os agentes coloniais buscaram atribuir uma denominação às populações locais. A maior visibilidade das categorias atribuídas as parcialidades indígenas que circulavam por esse território estão relacionadas aos enfrentamentos gerados a partir da instalação de Sacramento. No Rio da Prata, como em boa parte das terras sul americanas, foram os jesuítas os principais responsáveis em manejar as classificações coloniais, propondo os critérios a serem utilizados para definir quem eram os índios amigos ou inimigos. Tais categorias foram estabelecidas tomando como referência uma percepção dicotômica das práticas indígenas. O certo é que as constantes disputas pelo domínio colonial deste território estiveram acompanhadas de uma operação de identificação e redefinição das categorias de nomeação das respectivas populações. Neste artigo privilegiarei alguns episódios e conflitos onde tais categorias apresentam maior destaque e relevância.

POPULAÇÕES INDÍGENAS NO RIO DA PRATA

Desde as primeiras décadas do século XVII os povoadores de Buenos Aires estavam interessados em assegurar o domínio das terras localizadas na margem oposta ao Rio da Prata, conhecida à época como «Banda del norte». Entre as ações promovidas pelas autoridades foram estimuladas algumas ex-

⁷ Paz Obregon Iturra, Capdevila y Richard, 2011.

⁸ Santos y Felipe, 2020.

⁹ Araya y Valenzuela, 2010. Giudicelli, 2012; 2018.

¹⁰ Conforme Christophe Giudicelli, o termo «nações» é uma «categoria fundamentalmente aleatória en su atribución e instable en su destino, puesto que se vê privada de toda autonomía y no deja en ningún momento de estar sujeta a los imperativos del poder colonial». Giudicelli, 2012: 167.

periências reducionistas nesse território, medidas que visavam por um lado pacificar a população indígena, e por outro estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar na defesa do território. Nem todos foram bem sucedidos¹¹. Uma iniciativa anterior que, apesar de vários percalços, prosperou foi a fundação de Santo Domingo Soriano¹². Este povoado atendia aos interesses estratégicos da Espanha nesta região, e a população de Soriano estava composta por índios de diferentes etnias. A mobilidade populacional, determinada por interesses estratégicos, configurava-se como uma das características mais marcantes do período em questão determinando a emergência de novas fronteiras étnico-culturais¹³.

Além dos grupos indígenas que habitavam as imediações de Soriano, nomeados como Chanás e Charruas, este povoamento também contou com a presença da população deslocada de outras áreas, como os índios conhecidos como Pampas e Serranos, grupos originários das terras austrais, distantes do Rio da Prata. Nas atas do Cabildo de Buenos Aires, onde estão registrados os assuntos debatidos nas suas reuniões, consta que os indígenas dessas parcialidades que circulavam nas imediações dessa cidade, quando cometiam crimes, eram transferidos para Soriano¹⁴. A identidade dessas populações desterradas estava inserida nessas categorias genéricas, atribuídas tanto pelos colonizadores como pelos missionários, e a sua suposta origem geográfica determinou a denominação pela qual ficaram conhecidas historicamente¹⁵.

Sabemos que, desde a primeira fundação de Sacramento, em 1680, os indígenas das reduções colaboraram inúmeras vezes nos ataques a essa praça fortificada. Os primeiros enfrentamentos iniciaram quando o governador de

¹¹ Para uma aproximação a iniciativa dos colonizadores em reunir os Charruas em povoados no século XVII, porém sem obter os resultados esperados. Latini, 2013: 203-233.

¹² O *Real Pueblo de Santo Domingo Soriano* (c. 1662), foi o povoado mais antigo instalado no atual território do Uruguai e estava formada por índios Chanás e Charruas. Uma milícia formada por moradores dessa redução participou da luta contra Sacramento. Barrios Pintos, 1971: 10.

¹³ Para uma melhor compreensão do fenômeno da etnicidade é necessário incorporar as considerações de Fredrik Barth sobre grupos étnicos. O fenômeno étnico é entendido no «sentido organizacional», ou seja, organiza e estrutura a interação social pois permite verificar critérios e sinais que distinguem membros e não-membros de uma coletividade, ao mesmo tempo reiteram as diferenças e modos de inclusão de novos membros. Barth, 1998.

¹⁴ *Auto do governador em resposta ao pedido do cabildo sobre os crimes cometidos pelos índios Pampas e sua mudança para São Domingo Soriano*, Cabildo de Buenos Aires, 29 de Abril de 1686, *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires...*, 1921, serie I, tomo 16: 302.

¹⁵ Para uma aproximação a dinâmica de deslocamentos das populações originárias no século XVII e a necessidade de atribuir denominações aos grupos indígenas que ocupavam a região ao sul de Buenos Aires, utilizando os rótulos de Pampas e Serranos. Vollweiler, 2020: 42-58.

Buenos Aires, José de Garro, à revelia das ordens da monarquia espanhola, organizou uma operação militar. Este ataque deu início a uma disputa territorial, sujeita as negociações e discussões jurídicas pela via diplomática, por parte das monarquias ibéricas, para garantir a posse das terras localizadas ao norte do Rio da Prata¹⁶. Iniciava a Era dos Tratados.

Disposto a aniquilar a incomoda presença lusitana no Rio da Prata o governador Garro convocou os chamados «índios das doutrinas» para atacarem o baluarte lusitano. Estes compareceram em bom número, com suas montarias e armamentos¹⁷. Do conjunto de dados disponíveis a respeito da participação das tropas missioneiras, no primeiro cerco à Sacramento, o mais esclarecedor é um relato, escrito por um jesuíta presente aos acontecimentos, que descreve alguns detalhes prévios ao enfrentamento.

Através desse informe fica evidente a capacidade de ação desses indígenas. Este relato apresenta detalhes do envolvimento dos índios das reduções na organização desse ataque:

El día de la función q.e fue el 6 de Ag.to. mando q.e nadie avanzase a la Plaza hasta oír el tiro de una pistola. Dispuso el General en la retaguardia Española, mulatos, y Negros, y en la Banguardía los Indios, y antes de estos los 400 caballos sueltos en pelo en que se cavasen las primeras descargas de la Artilleria enemiga. *Al ver esta disposición los Indios suspendieron la marcha, y mandaron decir al General que la disposición dada era para morir todos, no para pelear, y vencer, porque los Cavallos espantados, y heridos, rebolverian sobre ellos, y demás esquadrones matando, atropellando, y por lo menos deshaciendo el orden, y dando comodidad a los enemigos para vencerlos. Conocio el general el justo reparo, y mando retirar los Cavallos*¹⁸.

De fato, nessa ocasião, além da participarem na tomada de Sacramento, eles também intervieram na tática de enfrentamento. Lograram modificar a estratégia inicialmente proposta pelos militares espanhóis, ao apresentarem um argumento irrefutável e demonstrarem conhecimento da melhor maneira de atuar nessas circunstâncias. Aliás, avaliavam a proposta dos comandantes espanhóis como descabida e que poderia arruinar todo o esforço de guerra.

¹⁶ Este território é uma área em disputa, caracterizado por interesses ambíguos, que extrapolam as determinações das monarquias Ibéricas. Essa fronteira colonial é um espaço que se organiza a partir dos interesses locais, onde as relações cotidianas nem sempre correspondem as determinações monárquicas. Herzog, 2015.

¹⁷ Todas as tratativas e o número de soldados fornecidos por cada redução, estão descritos com pormenores na correspondência administrativa. *Respuesta del Gobernador*, Buenos Aires, 25 de mayo de 1685, Archivo General de Índias, Sevilla, Charcas, 260.

¹⁸ *Tratado de limites de la América meridional*, 1680, Archivo Histórico Nacional, Madrid, Clero Jesuítas, legajo 120, caja 1, número 7: 5v. Os itálicos são nossos.

Sabemos que as lideranças indígenas foram decisivas na tomada de decisões relevantes, atuando em diversas atividades e interferindo no *modus operandi*, contribuindo sobremaneira para o êxito militar¹⁹. A narrativa não deixa dúvidas de que tais lideranças foram as responsáveis pela mudança na tática de ataque contra os portugueses, propondo uma organização que evitou que eles e os demais fossem pisoteados pelos cavalos.

Nesse episódio as sugestões das lideranças indígenas que tem voz, e se recusam a ser bucha de canhão, foram bem recebidas por parte das autoridades militares. De fato, por sua relevância, eles estiveram presente na mesa de negociações, deixando registrados seus nomes no acordo final. Alguns índios principais também estiveram presentes no momento da celebração dos acordos, como aconteceu durante a assinatura do Tratado de Paz logo após a primeira tomada da Colônia²⁰. Entre as lideranças que participaram da luta contra os portugueses estava presente Christobal Capiy e outros dois guaranis, «*todos tres indios de importancia y valor*»²¹. O citado Capiy ocupava o cargo de alcaide extraordinário na redução de Santo Thome. Ele fazia parte das lideranças indígenas que costumava comparecer as «*facções de guerra*» orientando a milícia missioneira. Foram mobilizados aproximadamente 3.000 indígenas entre soldados, cabos, alcaides e caciques.

Pelos serviços prestados os «*índios das reduções*» foram seguidamente requisitados pelos governadores, tanto para atacar Sacramento como atuar no patrulhamento do território, principalmente quando circulavam notícias de que os portugueses estavam decididos a ampliar sua presença na região, ocupando outras localidades, como Montevideo e Maldonado. Como medida preventiva o governador de Buenos Aires, Joseph Herrera y Soto Mayor, expediu em dezembro de 1685, uma ordem determinando que as terras adjacentes ao litoral fossem vistoriadas, pois circulavam notícias que os «*Yndios infieles de nación Guaynoas que les corren con unos Portugueses y Tupis*»²². Ao comunicar seu superior a respeito das instruções expedidas, o governador faz uso de algumas categorias étnicas em uso naquela época, revelando a presença de outros grupos através da menção de um desses etnônimos. Este é o caso dos

¹⁹ Wilde, 2009.

²⁰ *Consejo de guerra en el que los Jefes indios opinan por la traslación del exercito al rio San Juan, y porque se apresuren las operaciones*, San Gabriel, 23 de julio de 1680, em *Campaña del Brazil*, 1931: 218.

²¹ *Relação da 1ª Tomada da Colônia do Sacramento pelos Espanhóis*, 25 de novembro de 1679 a 9 de agosto de 1680, em Cortesão, 1954: 27-37.

²² *Carta al S.or Virrey Duque de la Palata de Don Joseph de Herrera y Soto Mayor*, Buenos Aires 21 de diciembre de 1685, Archivo General de Simancas, Valladolid (AGS), Estado, legajo 7440, doc. 10.

Guenoas e suas lideranças, cuja visibilidade ganha destaque entre os colonizadores a partir da década de 1680, coincidindo com a fundação de Sacramento pelos portugueses. De fato, o impacto causado pela expansão das monarquias europeias sobre às atitudes nativas são amplos, mas também variavam conforme o local e a época. O certo é que esta praça foi um desses locais de aproximações.

EPISÓDIOS DE UMA GUERRA GENERALIZADA: 1701-1702

De fato, por motivos óbvios, são nos momentos de contatos mais frequentes, de enfrentamentos e atritos que se evidenciam melhor as iniciativas dos agentes coloniais para estabelecer algumas «etiquetas» étnicas. Nessas oportunidades os cronistas costumam esboçar definições relacionadas aos grupos originários que habitavam a região, onde também figuram indícios das maneiras pelas quais eles estão sendo categorizados. Há nessas informações uma evidente preocupação em estabelecer uma classificação, ou seja, uma taxonomia definida a partir de critérios fixados pelos dispositivos coloniais. Esclareço que o meu objetivo não é o de proceder a um exame exaustivo dessas classificações, mas sinalizar quando elas foram acionadas e legitimadas, ao passo que outras deixavam de ser utilizadas. Ao que tudo indica, tanto as relações de continuidade ou mesmo as interações entre os grupos indígenas que ocupavam a região são evidenciadas, especialmente nos episódios em que os critérios de classificação colonial estão sendo colocados a prova.

A principal questão é saber quando tais sociedades passam a ser percebidos enquanto um coletivo ampliado e de que maneira tal classificação operou na definição e inclusão desses grupos como potenciais aliados. Os episódios de conflitos demandavam estabelecer uma série de medidas de aproximação com as populações que ainda não estavam cooptadas. Sem dúvida, o processo de classificação estava relacionado a expansão colonial, e nas terras meridionais as coletividades indígenas receberam entre os séculos XVII e XVIII diversas nomeações, sendo que as mais conhecidas à época eram: Chanás, Bohanes, Minuanes, Guenoas, Charruas e Yaros. Também foram relacionadas em menor frequência a dos Martidanes, Manchados e Palometas. Algumas dessas parcialidades faziam parte de sociedades maiores, e que foram nomeadas de maneira precipitada por alguns missionários. E a busca por estas definições também esteve caracterizada por diversos equívocos diante da ânsia em rotular as populações indígenas que circulavam pelo território. Assim, muitas vezes, recorriam a nomenclaturas fugazes, de pouca utilidade, em um contex-

to de mudanças e fluxos constantes. Portanto, para apreender tais transformações e suas intensidades é necessário se valer dos pressupostos da antropologia histórica, no momento de indagar os vestígios do passado localizados em arquivos e séries documentais.

A necessidade de estabelecer as identidades das populações originárias foi mais acentuada nas décadas iniciais da conquista²³, porém nas regiões mais distantes das áreas centrais de colonização este jogo de definições está vinculado ao reconhecimento das terras interiores do continente. No Rio da Prata, excetuando as populações indígenas instaladas no litoral marítimo e fluvial, as demais parcialidades localizadas nas *tierras adentro* ainda eram pouco conhecidas. Inclusive há escassas informações para o século XVI, lacuna que somente começara a ser preenchida no século XVII, com a presença de missionários.

Nos primórdios do século XVIII as terras interiores dessa região foram o cenário de uma guerra generalizada, quando são verificadas novamente iniciativas no sentido de nomear às sociedades indígenas presentes nessa guerra. Na documentação há um esforço por parte dos missionários em especificar quais eram as parcialidades que ocupavam o território e quais poderiam ser convertidas em prol da sua monarquia em meio as disputas pelos domínios na região²⁴.

Em função de outras desavenças verificadas nas décadas anteriores, eclodiu uma guerra generalizada entre diferentes parcialidades. O estopim foi a ocupação por parte dos índios das reduções das terras localizadas nas proximidades do rio Quareim, território outrora utilizada como área de caça e circulação pelos Charruas. Como resposta a expansão missioneira sob os seus domínios tradicionais, eles revidaram e invadiram à mão armada a redução de Yapeyu. Conforme alguns depoimentos, os infiéis foram incentivados pelos portugueses a invadirem as estâncias e hostilizarem a população missioneira. Em uma carta enviada pelo padre Juan Bautista de Zea, superior das reduções do Uruguai, em julho de 1701, ao governador de Buenos Aires, ele comenta que recebeu uma notícia informando:

²³ Para uma consulta aos primeiros termos utilizados para designar as populações originárias no Paraguai colonial, durante o século XVI, ver: Schmidl, 2009 [1567]. Cabeza de Vaca, 1988 [1555]. Ambas publicações são fontes quinhentistas que contêm um amplo repertório das denominações atribuídas e utilizados à época.

²⁴ *Invasión de Indios, Noticias de invasión de indios en la Colonia del Sacramento*, Años: 1701-1702, Archivo General de la Nación, Buenos Aires (AGN), Division Colonia, Seccion Gobierno, Tribunales, Sala IX, 41, 1, 3. Este conjunto de documentos contêm vários informes de jesuítas missioneiros relatando os ataques dos «índios infieles», coligados com os demais.

... acabo de tener ahora por médio de unos Indios Infieles de la nación de los Guenoas que comunican con los Infieles de Nacion de los Yaros Bohanes, y Charrúas, y las demás naciones que habitan orillas de este río Uruguay, quines aseguran por cosa certa, como que han vivido mucho tempo entre ellos, como todas estas naciones aqui referidas tiene frecuente comunicaci3n con los Portugueses de S. Gabriel²⁵.

Em 1701 iniciava uma guerra que confrontou uma coaliz3o de índios «infiéis», com destacada presena dos Charruas, e a sociedade missioneira, que na ocasi3o contava com o apoio dos «guenoas». Convém recordar que a pluralidade de «na3es» muitas vezes foi simplificada através desse estere3tipo de «infiéis», identidade estabelecida em contraposio aos dos indígenas que aceitavam a convers3o. Curiosamente, nesse contexto, h3 espao inclusive para diferenciar dois grupos de indígenas n3o cristianizados, um era o dos Guenoas que atuam como informantes dos mission3rios e outro formado pelos índios de «las demás naciones». Sabemos que durante o per3odo colonial o termo «infiel» foi utilizado para denominar as popula3es origin3rias contr3rios 3 catequese. Nas terras interiores do territ3rio, as parcialidades indígenas que se mostravam hostis aos colonizadores tamb3m foram assim denominados, sendo a eles atribuídas uma s3rie de caracter3sticas desqualificadoras em contraste com a dos índios cristianizados. Enfim, a «infidelidade» comportava uma avaliao, uma percepo depreciativa.

Esta guerra resultou no saque as est3ncias das redu3es e no roubo de cavalos, gerando inúmeros dist3rbios. Entretanto, o maior receio 3 ao b3lica dos Charruas era o fato deles contarem com o apoio de outras «na3es» coligadas, fato que poderia resultar na formao de uma confederao. De fato, atritos com os infiéis n3o se constitu3am em uma novidade na hist3ria das redu3es, mas na atual conjuntura e diante de uma eventual interfer3ncia dos lusitanos, a correlao de foras entre os indígenas, at3 ent3o vigente, estava comprometida. Na guerra estiveram envolvidos, em maior ou menor grau, todos os agentes sociais presentes na regi3o²⁶. Sendo que a oposio entre índios cristianizados e os ditos índios infiéis, com destaque para os Charruas, atingiu nesse per3odo propor3es alarmantes. H3 ind3cios de que o governador de Col3nia, Sebastião da Veiga Cabral²⁷, fomentava a rivalidade das «na3es» n3o reduzidos contra a populao das redu3es, tal medida visava enfraquecer a presena das tropas missioneiras na regi3o²⁸. Contudo, fica

²⁵ *Ibidem*, exp. 1.

²⁶ Para uma descrio detalhada e pormenorizada de todos os agentes e epis3dios dessa guerra. Bracco, 2004.

²⁷ Cabral, 1965 [1713].

²⁸ Para maiores detalhes a respeito da aproximao entre indígenas e os lusitanos no Rio da Prata. Possamai, 2006: 112-120.

a dúvida se o conflito generalizado foi uma resposta a expansão territorial promovida pelos jesuítas, sendo está a principal causa à formação dessa confederação de infieis, ou se este alinhamento foi o resultado dos estímulos promovidos pelos lusitanos. Sem dúvida, houve uma sobreposição de fatores que, uma vez combinados, culminaram na eclosão desse enfrentamento nos primórdios do setecentos no Rio da Prata.

O certo é que diante da eminência de uma guerra generalizada, os Superiores das reduções, Juan Bautista de Zea e seu companheiro Matheo Sánchez, manifestaram sua preocupação diante da extrema gravidade da situação, e decidiram convocar uma comissão de 22 padres experientes para definir uma estratégia de ação. Esta iniciativa visava coletar informações atualizadas para adotar medidas eficazes e duradouras na defesa das reduções. Em meio as respostas apresentadas à consulta formulada pelos superiores, somos informados a respeito das diversas designações utilizadas para nomear as parcialidades envolvidas. Muitos destes supostos etnônimos foram atribuídos pelos próprios conquistadores e nesse emaranhado de denominações, uma mesma população poderia ser nomeada de maneira distinta, conforme o período e as características destacadas com quem mantiveram contato. Nesse contexto, os jesuítas missioneiros, conhecedores *in situ* da realidade desse território, fornecem informações detalhadas da situação do mapa etnográfico durante estes momentos de contatos e conflitos²⁹.

Entre os grupos indígenas que ganham destaque nesses episódios figuram os Guenoas. Inclusive pelo fato de que a cooperação deles foi decisiva para a vitória do projeto missioneiro. Esta aproximação contribuiu para a transformação dos Guenoas/Minuanos em índios das reduções³⁰, e a presença deles nos núcleos urbanos corrobora a diversidade étnica da população missioneira³¹. Certos grupos de indígenas não reduzidos, por vezes, recorreram a estas localidades como «embaixadas» em busca de refúgio para fugir das perseguições que estavam enfrentando³². Muitos conseguiram se manter despercebidos em meio aos demais habitantes, para não serem castigados ou mesmo elimi-

²⁹ Entre as ordens religiosas os jesuítas foram os que produziram a maior quantidade de registros, fornecendo os subsídios para uma antropologia histórica ao controlarem e definirem os critérios de classificação «étnica» operantes durante a época colonial. Wilde, 2018: 41-77.

³⁰ Bracco y López Mazz, 2019.

³¹ Nas reduções, localizadas ao sul do território missioneiro, havia bairros destinados a estes indígenas. O convívio foi uma decorrência da existência de laços de parentesco, estreitados com a presença dos Guenoa nas reduções quando buscavam proteção nesses núcleos. Santos y Baptista, 2007: 240-251.

³² Pereira, 2012: 53-58.

nados. Tais episódios revelam uma variedade de gentílicos atribuídos a estas populações em um contexto de mutação da realidade etnográfica da região.

Conforme exposto, o avanço da colonização intensificou as interações étnico culturais na região, conferindo maior visibilidade à presença dos Guenoas, que passam a ser citados com maior frequência, além dos já mencionados Charruas. Como resultado desses contatos alguns grupos são alvo de maiores atenções, seja por conta de sua participação nos litígios ou pelo auxílio prestado em determinadas ocasiões e enfrentamentos. Esta conjuntura bélica esteve caracterizada por uma operação taxonômica, um esforço nomeado por Giudicelli como o de «encasillar» as parcialidades indígenas, quando são aplicados os mesmos critérios classificatórios operantes em outras regiões americanas. Tais medidas tinham por finalidade exercer o controle e impor a cristianização às populações instaladas nesse território em disputa. Esta tentativa de estabelecer um sistema de classificação expressa em termos de parcialidades ou nações, esteve presente em toda a América colonial, «con una sobre-representación en las zonas de frontera»³³, como é o caso da região onde estava instalada a Colônia do Sacramento.

Estas classificações geralmente são mencionadas nos momentos de enfrentamentos e guerra, contudo nos períodos de paz praticamente não há produção de informações desta natureza. Esta situação sugere que após tais episódios, pode ter ocorrido uma retração no elenco dessas classificações, quando se observa um reordenamento das nomenclaturas atribuídas às populações que ocupavam estas terras. Alguns etnônimos deixaram de ser utilizados, mas isto não quer dizer que algumas dessas parcialidades indígenas necessariamente desapareceram, apesar de que seus antigos nomes étnicos não figurem mais nos documentos. Diversos grupos mudavam de localidade, outros se reestruturavam ou misturavam com outras parcialidades e passavam a ser consideradas como segmento constitutivo de uma mesma coletividade. Estamos diante de processos de etnogênese nos confins meridionais. Tal dinâmica resultou em situações de dupla denominação à uma mesma coletividade. Este parece ser o caso dos Guenoas, assim nomeados pelos jesuítas, porém entre os portugueses, segundo Diego Bracco, eles eram conhecidos como Minuanos³⁴. Esta sobreposição de nomenclaturas também pode ser entendida como uma demonstração da vitalidade das formas de classificação no mundo social em que, provavelmente, persiste uma ação indígena nesses atos de nomeação.

As notícias que circulavam na região, alertando da formação de uma confederação de indígenas infieis, segundo a avaliação dos jesuítas, era uma re-

³³ Giudicelli, 2007: 175.

³⁴ Bracco, 2016: 33-54.

alidade preocupante e somente teria uma solução eficaz através do uso das armas. Nos informes apresentados pelo padre Zea ele destacava que o comércio das cidades coloniais rio-platenses enfrentaria sérios problemas decorrentes destes conflitos, todos gerados pela ação desses «infiéis coligados». Diante desse argumento o governador de Buenos Aires determinou a formação de um exército hispano indígena, arregimentado especialmente para esta campanha. Sob o comando do sargento Alejandro Aguirre partiram 80 soldados espanhóis acompanhados por mais de 200 índios das reduções, armados com armas de fogo, para castigar os infiéis. Após percorrer as margens do rio Uruguai localizaram nas barrancas o acampamento dos mesmos. A guerra durou cinco dias, muitos morreram na batalha e foram aprisionados mais de 500 indígenas, figurando entre os capturados mulheres e crianças, que foram enviados às reduções. Ao serem desnaturalizados e obrigados a viverem em outra forma de organização social, muitas dessas parcialidades viram suas comunidades misturadas, ou simplesmente invisibilizadas em meio a população missioneira.

Através das pesquisas realizadas por Bracco, que analisou com riqueza de detalhes os pormenores dessa guerra, tomamos conhecimento que uma limpeza étnica foi promovida nas terras orientais —ofensiva proposta pelos missionários da Companhia de Jesus—, que conseguiram convencer as autoridades hispânicas da necessidade de promover está «paz christiana»³⁵. Esta guerra assegurou as condições necessárias para prosseguir com a expansão do projeto missioneiro nas terras à oriente do rio Uruguai. A decisão de empreender uma ofensiva militar contra os índios não reduzidos, também decorre do fato de que as reduções orientais estavam instaladas há poucos anos nesse território, enfrentando a oposição destas parcialidades «infiéis», colocando em risco o projeto evangelizador da Companhia de Jesus, em uma conjuntura agravada pela presença dos lusitanos em Sacramento.

De maneira geral, as pesquisas históricas sinalizam que houve uma aproximação dos lusitanos com as parcialidades hostis à presença dos agentes coloniais à serviço da Espanha, numa tentativa de estabelecer um contraponto ao jogo de forças na região. Dentre estas parcialidades aquelas conhecidas historicamente como Charruas³⁶ e Minuanos³⁷, figuram entre as mencionadas

³⁵ Bracco, 2004; 2013.

³⁶ Para maiores informações das populações indígenas que habitavam o Uruguai e sua suposta extinção, ver: Pi Hugarte, 1997. Vidart, 2006.

³⁷ Pesquisas arqueológicas e históricas têm apontado uma preponderância dos Minuanos no território do Uruguai e parte do sul do Brasil. Há um questionamento ao destaque conferido à macro etnia charrua. Bracco y Lopez Mazz, 2010.

com maior frequência. Estas comunidades eram percebidas como sociedades empenhadas em manter a sua liberdade de circulação (semi-nômades), sendo refratários a presença dos espanhóis sempre propensos a congregá-los em *pueblos*³⁸. Foi exatamente com essas sociedades fragmentárias, as comunidades organizadas em pequenos grupos, que os portugueses lograram estabelecer apoios e alianças. Esta aproximação data do início do século XVIII, quando eles começaram a promover «relações de amizade» com algumas parcialidades indígenas.

O GOVERNADOR SEBASTIÃO DA VEIGA E SUA REPRESENTAÇÃO

Entre os anos 1699 a 1705, durante o governo de Sebastião da Veiga Cabral, a «relação de amizade» com os grupos indígenas entrou em uma nova fase. Ao perceber a situação desfavorável de Portugal na região, ele empenhou esforços para estabelecer um contato mais permanente com algumas dessas parcialidades, investindo em um novo tipo de relacionamento, voltadas a assegurar melhores condições à população residente na Colônia do Sacramento, ainda rarefeita e predominantemente masculina³⁹.

Após retornar à Portugal em 1705, depois da destruição de Sacramento, ele elaborou um documento intitulado *Representação Estudiosa e útil*. Trata-se de um conjunto de informações detalhadas da situação desta localidade acompanhada de alguns mapas e documentos anexos⁴⁰. Nesta crônica elaborada a pedido do monarca português, o ex-governador de Colônia apresenta diversas propostas de como deveriam proceder os lusitanos para obter um bom relacionamento com os índios, enfatizando que estes poderiam ser úteis para os interesses de Portugal no Rio da Prata⁴¹. Suas sugestões são o resultado do reconhecimento e observação da dinâmica social nas terras circundantes à Colônia, quando o mesmo chegou a esta localidade para substituir o gover-

³⁸ Latini, 2013: 203-233.

³⁹ Para uma amostragem do perfil dos moradores da Colônia, consultar os registros de batizados, casamentos e óbitos, ver: Barros, 2012.

⁴⁰ *Representação Estudiosa e útil pera as Magestades grandeza, vassallos de Portugal Dedicada a sereníssima Magestade do Senhor Rey D. Joao o 5 feyta por orden do senhor Rey D.P. 2. Composta por Sebastião da Veiga Cabral governador da Praça de Abrantes E Sargento Mor de Batalha*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, códice 6975, n.º 1.

⁴¹ Esta mesma *Representação* foi publicada e acrescida de outros documentos relativos à Colônia do Sacramento na Revista do Instituto Histórico y Geográfico do Uruguay, com o título de Descrição Geográfica ó Collecção Historica do Continente da Nova Colônia da cidade do Sacramento, Cabral, 1965 [1713].

nador Dom Francisco Naper. Em sua Representação ele comenta que não havia maiores relações com os grupos indígenas, apenas o receio de algum ataque e os danos que estes poderiam causar a «nossa gente».

Através dessas anotações Sebastião Cabral apresentou ao Rei um plano bastante completo e detalhado, contendo proposições voltadas a promover o povoamento e a defesa dessas terras, que poderiam assegurar a presença portuguesa na região. O êxito nessa tarefa dependia da possibilidade de obter o apoio dos indígenas à causa lusitana, tendo como objetivo neutralizar as ações dos espanhóis na região. Nesse aspecto ele menciona:

Na conservação do gentio se devem considerar os avanços da mayor importancia para a gloria de Deos, para a Nonrra do nome da V. Magestad, e para o augmento, e crédito dos Portugueses, pous sendo aquellas terras povoadissimas de gentios, e elles tao faceis de persuadir, Como se deixa ver, em que sendo o meu talento infimo como o reconheco, reduzi tres mil a 600, em dous annos de communicacao que tive com ellos, estando descuberta ha 211 annos⁴².

Este documento fornece subsídios para o conhecimento das políticas indigenistas aplicadas às populações instaladas na América meridional, quando a monarquia portuguesa buscou estabelecer alianças consideradas estratégias à sua permanência no território. O detalhe é que mesmo sendo do conhecimento do governador Sebastião Cabral as categorias que eram atribuídas para nomear às populações originárias, por vezes, ele preferiu se referir a elas como «gentios», homogeneizando os grupos étnicos presentes no território.

Em outras ocasiões, por conveniência, ele exalta as virtudes guerreiras de algumas «nações». Em determinada oportunidade, ao se referir ao sítio imposto à Colônia pelos espanhóis, ele ainda mencionava que «tão valentes e destemidos entre as mais Nasções daquele gentilismo, que onde se achão 20 Indios charruas, não chegão 200 de quaisquer outras Nasções acombatelos por mais que os induzão e armen»⁴³. Entretanto esta aproximação e trato com os Charruas, mais do que garantir apoio militar, assegurava o fornecimento de cavalos aos portugueses em troca de facas, lanças, esporas, roupas e outros utensílios. Os cavalos eram obtidos através do roubo as cavahadas mantidas pelos índios das reduções, conforme registram vários documentos. A subtração de cavalos das estancias missionárias foi uma constante, sendo o motivo de atritos permanentes.

Empenhado em efetivar a presença portuguesa no Rio da Prata, Cabral apresentou ao monarca a sugestão de construir edificações na defesa da Co-

⁴² Cabral, 1965: 71 [1713].

⁴³ *Ibidem*: 56.

lônia e recomendava que fosse aproveitado o trabalho dos indígenas. Ao concluir suas recomendações ele ainda menciona que uma vez bem feita a aproximação e dispensados os devidos agrados, o monarca poderiam ter certeza que esses índios lutariam contra os espanhóis:

Porque se depois da nossa conquista os buscassem as suas armas, experimentarão o que sempre acharão nas suas Lanças em todos os encontros que tiverão com os Charruas; e assim o mostrarão, e observação no sitio; sendo a falta de socorro e ordem que tive para retirarme cauza de não conservarmos a posse da Praça, do flagelo que experimentarão os Indios⁴⁴.

Por conta dessa política de comunicação com os índios não reduzidos as ações ofensivas contra o território missioneiro —no caso aos núcleos urbanos e estancias—, foram avaliadas como medidas positivas, resultado da política de proximidade promovida por Sebastião Cabral com essas parcialidades indígenas. Ele era apontado como o responsável por incitar o ataque às reduções. Por essa época o próprio Veiga enviou várias cartas ao governador de Buenos Aires solicitando esclarecimentos a respeito de distúrbios verificados nas proximidades de Sacramento. Muitas destas informações foram posteriormente aproveitadas e subsidiaram o plano de medidas elaborado por ele com várias sugestões para o melhor aproveitamento desses indígenas em prol dos interesses da Monarquia portuguesa.

Na sua crônica Cabral ainda comenta que havendo bom trato e comunicação com os índios Charruas, não faltariam aos portugueses cavalos para a preia do gado bovino, o que facilitaria a exploração em maior quantidade dos couros. E ao se referir a assistência e bons tratos dispensados a todas as «nassoens de gentios» instaladas naquelas terras, ele faz menção os etnônimos de alguns grupos com os quais manteve boas relações:

... que ao presente tem aquellas terras, que vem a ser, ouros, guaranis, serranos, xanas, boganes, minoanes, charrúas, que sao a exceção aos Indios, por que são homens de extraordinaria corpulencia, de summo valor, intrépidos, e industria, verdade, e palabra e Tapes que sendo da obediencia del Rey Catholico, e das doctrinas dos seus Jesuitas são faltos de todas as vertudes referidas como todos os mais referidos⁴⁵.

Aqui se percebe um cuidado em estabelecer um recorte identitário das «nassoens de gentios» para então contrapô-los aos denominados índios Tapes, que são identificados como vassalos obedientes ao monarca espanhol, e inimigos históricos dos portugueses na região. Entre os grupos mencionados por Veiga, também há referência aos Serranos e Chanás, parcialidades que residiam

⁴⁴ *Ibidem*: 165.

⁴⁵ *Ibidem*: 19.

na redução de Santo Domingo Soriano em companhia de outras «nações» desnaturalizadas das imediações de Buenos Aires. Como já foi comentado, estes rótulos atendem aos interesses dos agentes coloniais e, portanto, não correspondem aos utilizados pelos próprios indígenas. Estas designações atribuídas pelos colonizadores revelam um esforço de identificação que por vezes é o único vestígio da presença de grupos ou indivíduos que reagiram à presença ibérica. Muitas destas «etiquetas» étnicas são denominações genéricas que estabilizam a existência de determinadas «nações». Entretanto, transcorridos os primeiros anos de contato elas deixam de ser referidas nas fontes. Eventualmente algumas parcialidades remanesceram nas *tierras adentro*, sendo percebidas apenas pelos missionários ao percorrerem o interior do território.

Estas classificações não ficaram congeladas no tempo, tampouco foram esquemas monolíticos, e estavam sujeitas as reformulações e ajustes conforme o avanço colonial. Em outras palavras, não havia um estoque de etiquetas a serem distribuídas, e as possíveis apropriações destes rótulos estava na dependência da sua própria eficácia. Em suas anotações Veiga Cabral utilizado alguns dos etnônimos em circulação no território, o que sinaliza a preocupação em categorizar algumas parcialidades, pois são vistas como diferenciadas, apesar de mencionadas genericamente como «nações de gentios».

Em sua representação o governador reproduz o sistema classificatório disponível na região, e demonstra conhecimento das lógicas de amizade aplicadas nessas alianças. Aprendizado este que foi aprimorado exatamente durante os primeiros anos do século XVIII, especialmente durante o transcurso da guerra generalizada entre as populações indígenas. Na sua opinião o momento requeria uma ação eficaz, ou seja, a adoção de novas medidas que revertissem a situação a favor da monarquia portuguesa diante do quadro de forças desfavorável aos lusitanos na região. A possibilidade de manter uma praça comercial em uma região em constante litígio demandava angariar o apoio da população nativa, no caso das coletividades indígenas. O bom trato dispensado, como ele bem frisou, poderia ser benéfico aos interesses de Portugal. Nesse aspecto ele foi um dos primeiros formuladores de diretrizes e propostas para o melhor aproveitamento dessas parcialidades. Sua atitude não foi reativa a presença dessas comunidades, muito pelo contrário, ele procurou inseri-las nas dinâmicas locais. De fato, as recomendações elaboradas pelo governador Veiga Gabral foram fundamentais quando, em 1716, Manuel Gomes Barbosa refundou a Nova Colônia do Sacramento, por ordem do monarca português⁴⁶.

⁴⁶ Estas informações apesar de serem conhecidas há muitos anos, foram pouco utilizadas pelos pesquisadores interessados na temática colonial. Almeida, 1976. Ver também Cabral, 1965 [1713].

A SEGUNDA TOMADA DE SACRAMENTO

Em 1704, as forças hispano-missioneiras atacaram e sitiaram Sacramento. Após seis meses de cerco, no ano seguinte, os portugueses foram desalojados novamente da cidadela. Um registro excepcional desses episódios é um documento escrito em guarani, com aproximadamente 50 páginas, narrando a participação indígena nesses eventos. Trata-se de um diário de guerra que descreve toda a movimentação das tropas missioneiras à serviço da Monarquia espanhola, com ênfase nas ações promovidas pelos guaranis egressos dessas reduções⁴⁷.

Este documento na forma de uma memória, é a narrativa da longa viagem que os indígenas realizaram, entre setembro e outubro de 1704, para atender o chamado do governador de Buenos Aires, que resultou no segundo cerco e posterior destruição do baluarte lusitano no Rio da Prata⁴⁸. O manuscrito em guarani foi objeto de um estudo minucioso, efetuado pela equipe do Proyecto Kuatia Ymaguare (PEKY)⁴⁹, que após concluir a tradução elaborou uma edição crítica a partir da análise linguística. O estudo sinaliza que este diário foi elaborado tomando como base vários apontamentos, além de agregar dados complementares fornecidos por informantes presentes diretamente no conflito⁵⁰.

A narrativa do diário enfatiza a participação dos diferentes grupos sociais, especialmente dos indivíduos que conviveram durante os enfrentamentos, porém são os índios missioneiros que figuram como os protagonistas principais

⁴⁷ Thun, Cerno y Obermeier, 2015: XLIII.

⁴⁸ O relato, cuja autoria desconhecemos, é um informe minucioso da longa viagem até o Rio da Prata, marcada por muitos contratemplos. A transcrição do parágrafo inicial desta memória é bastante esclarecedora: *El Año de 1704. A 1 de septiembre, la gente de Corpus salió de su propio pueblo yendo a la guerra. El 12 de Septiembre se juntaron con todos los de los otros pueblos en el Aguapey Miri en frente de San Carlos*. Esta memória, que apesar de ser anônima, em um primeiro momento foi considerada por Bartomeu Melià como obra de um índio guarani, possivelmente o secretário do cabildo da redução de Corpus. Melià, 2000: 20-23.

⁴⁹ Proyecto PEKY (Proyecto Kuatia ymaguare) da Universidade de Kiel (Alemanha) sob a coordenação do professor Harald Thun, cujo foco são as mudanças linguísticas do idioma Guarani.

⁵⁰ Para Thun, Cerno e Obermeier (2015) a elaboração dessa memória provavelmente foi obra de um padre Hermano, que atuava na redução de Corpus. Contudo, mais do que identificar o autor dessa fonte, ela deve ser considerada como um documento «missioneiro», pois há fortes indícios da intervenção de diversas mãos, entre as quais a dos próprios guaranis, até a sua conclusão. Afinal, sabemos que os índios das reduções sabiam escrever. Neumann, 2015.

em diversos episódios. Em algumas ocasiões consta o perfil de alguns desses índios das reduções, indicando inclusive os seus nomes próprios e respectivos cargos militares. Por vezes há uma indicação da redução de origem, mediante o uso do sufixo em guarani *igua (ra)*, como por exemplo, Loreto *iguara* (os de Loreto) ou Corpus *iguara* (os de Corpus)⁵¹. Nesse texto os indígenas que participaram do segundo cerco à Sacramento nunca foram referidos de maneira coletiva, inexistindo uma denominação genérica. Aliás o único demarcador pelo qual se evidencia uma tentativa de classificar os índios das reduções é através da procedência deles, mencionados como egressos do Paraná ou Uruguai. Igualmente, consta na narrativa apenas uma única menção a presença de um indígena não reduzido, no caso um infiel «Bojan» descrito como um índio matador. É fato que outras parcialidades circulavam pelo território. Entretanto, ao que tudo indica, elas optaram por manter uma certa distância dessa praça comercial durante os períodos de guerra, evitando um envolvimento direto nesses conflitos. Por certo que, depois da guerra de 1701, os ditos «infiéis» estavam demograficamente debilitados diante das perdas humanas recentemente sofridas.

Nesse diário de guerra há uma evidente preocupação em captar todos os detalhes da ação militar, registrando pormenores dos incidentes verificados no deslocamento em direção à Colônia do Sacramento. Um aspecto digno de nota é o relacionamento que foi mantido entre os índios das reduções e os soldados hispânicos, principalmente o contraste entre a atitude destemida dos guaranis nos combates, que arriscavam muito mais as suas vidas, em comparação com os soldados à serviço da Espanha. A dedicação dos índios missioneiros nessas facções de guerra geralmente é destacada pelas autoridades hispânicas, que nunca hesitaram em requisitar seus serviços. Afinal, foi a mobilização conjunta dos efetivos militares das reduções que garantiram aos espanhóis a segunda tomada da Colônia de Sacramento.

Em 1705, depois de seis meses de confrontos e privações os moradores lusitanos foram removidos desta cidadela. Quanto aos demais indígenas, que circulavam pela região, eles ficaram aproximadamente uma década à mercê das decisões tomadas pelas autoridades de Buenos Aires. Somente a partir de 1716, por ocasião da refundação de Sacramento, é que tais populações retomaram suas relações com os portugueses. Como exposto, esta aproximação foi estimulada, desde o início do século XVIII, pelo governador de Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, mentor desta nova modalidade de relacionamento com a população nativa.

⁵¹ Thun, Cerno y Obermeier, 2015: XLIII.

A NOVA COLÔNIA E OS TAPES

Com a reinstalação de Colônia, em 1716, iniciava um novo período para as políticas lusitana na região. As medidas adotadas a partir desta refundação estão voltadas à uma ação colonizadora no Rio da Prata. Essas diretrizes são a efetivação das propostas apresentadas por Sebastião da Veiga Cabral, para o melhor aproveitamento dos recursos em prol da monarquia portuguesa. Entre as recomendações figura a aproximação com os índios Charruas e mesmo Boganes (Minuanos), proposta elaborada para estabelecer um contraponto a hegemonia hispânica, assegurada através da ação dos índios missioneiros no território. Esta é um tópico recorrente na documentação das autoridades lusitanas, especialmente depois das duas destruições sofridas em 1680 e 1705, com a participação destacada de uma milícia das reduções.

A população indígena cristianizada, em sua maioria formada por guaranis, também era conhecida através do termo *Tapes*. Na documentação consultada a primeira referência a este vocábulo como sinônimo de índio das reduções, data de final do século XVII, conforme uma das atas das sessões do Cabildo de Buenos Aires, em 1692⁵². Anos depois esta expressão passou a figurar na documentação produzida pelos missionários, como no memorial assinado pelos Superiores das missões, em 1702⁵³. No século XVIII este termo foi frequente, sendo utilizado regularmente tanto por parte dos jesuítas como das demais autoridades hispânicas e portuguesas. Era comum os governadores provinciais ou cronistas lusitanos nomearem os índios missioneiros como *Tapes*. Nos setecentos era voz corrente se referir aos guaranis orientais desta forma. Inclusive os religiosos da Companhia de Jesus, que atuavam junto aos indígenas reduzidos, diferenciavam a população das missões orientais da denominação usualmente atribuída aos demais habitantes das reduções. Os *Tapes* cristianizados faziam parte da organização social guarani, porém era atribuída a eles uma especificidade étnico-cultural. Na correspondência dos jesuítas e na documentação dos governadores é onde localizamos as principais informações a respeito das categorias atribuídas a essas populações. Estes dados, apesar dos seus limites, nos permitem interrogar a respeito das condições de

⁵² *Cabildo del 8 de marzo de 1692*. Na ata desse dia ficou registrado que, a «adminstras. on de los yndios de nasion Tapes Y guaranis de las Reduciones fundadas en la Juridicion desta probincia Sobre los Rios Parana Y Uruguay», citado em *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires...*, 1925, serie I, tomo 18: 24.

⁵³ *Memorial dos Superiores das Missões do Paraná e Uruguai Padres Juan Baptista de Zea e Mtheos Sanchez sobre as hostilidades dos Indios Iaro às suas reduções, com apoio dos portugueses e do destroço final que lhes infligiu o sargento-mor Alexandro de Aguirre e um exército dos Tapes Cristianizados*, em Cortesão, 1954: 140.

produção da diferença, das maneiras pelas quais certas comunidades passam a ser percebidas como uma coletividade. A presença de novos contingentes populacionais alterou a dinâmica étnica e social no território, demandando uma atualização das categorias em vigor.

Através da antropologia histórica sabemos que os *Tapes* configuravam uma das parcialidades que integravam a comunidade guarani. Em todo caso, a atribuição de duas designações distintas à uma mesma coletividade é um exemplo da dinâmica classificatória estabelecida a partir da interação de uma população indígena com outros grupos sociais na América meridional. O patrulhamento das áreas próximas a Sacramento também configurava uma oportunidade para conhecer os gentílicos atribuídos às populações que circulavam no território, ou mesmo definir aqueles que seriam utilizados para nomear as sociedades em contato. Recordo que a população das reduções orientais sempre esteve mais exposta à expansão lusitana. A condição de fronteira aberta colocava esses indígenas em contato frequente com os portugueses, essa situação contribuiu para a construção de uma identidade contrastada com a dos lusitanos. O termo *Tapes* é o resultado de uma denominação estabelecida em função da contínua relação com outro grupo, cujo produto final é uma identidade relacional. Não se trata, portanto, de um etnônimo.

O que chama atenção é como a população indígena instalada em povoados cristãos acabou sendo envolvida nessa dicotomia taxonômica. Afinal, pertencer a uma redução de índios, via de regra, eliminava qualquer ambiguidade na sua classificação. Enfatizo que essa associação dos índios das reduções como sendo *Tapes* apenas é verificada na última década do século XVII. Este termo não figura entre as categorias utilizadas para designar os índios missionários antes da fundação de Sacramento.

A presença de diversas guardas e patrulhas portuguesas no interior do território proporcionava o contato dos soldados lusitanos com a população das missões orientais, cujo confronto recorrente consolidava uma nova identidade, sistematizada na categoria sócio étnica conhecida como *Tape*. A situação colonial determinava uma vinculação dos habitantes dessas reduções com a região onde estavam instalados, deflagrando o processo de territorialização. Esta situação ocorre quando uma coletividade organizada formula uma nova identidade instituindo mecanismos de tomada de decisões e de representação, reestruturando suas formas culturais⁵⁴.

⁵⁴ A noção de territorialização visa explicar comunidades indígenas portadoras de uma baixa distintividade étnica na atualidade, porém é muito válida em outros contextos ao valorizar o pertencimento forjado por determinadas coletividades. Oliveira, 1998: 47-77.

Como procurei demonstrar, esta identidade étnico-cultural foi acionada a partir do enfrentamento constante com a «gente lusitana» o que possibilitou ordenar grupos que passaram a ser visto e se reconheceram dentro dessa dinâmica, identificados com os acontecimentos protagonizados no território do Tape⁵⁵. Posteriormente esta designação foi utilizada de maneira abrangente, designando, por vezes, toda a população missioneira, sendo uma usada como sinônimo da outra. Tal categoria já está integrada ao repertório dos colonizadores por ocasião do longo cerco, entre os anos de 1735-1737, imposto à Nova Colônia do Sacramento.

Nesse grande cerco os guaranis novamente fizeram ato de presença ao lado das forças hispano-americanas⁵⁶. Notadamente nessas oportunidades as autoridades lusitanas mencionavam com frequência o receio de alguma investida dos índios *Tapes*. Os funcionários a serviço de Portugal temiam o ataque desses indígenas, como registrou Simão Pereira de Sá em sua crônica intitulada *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*⁵⁷. Exatamente por ocasião desse convívio prolongado alguns índios missioneiros estabeleceram relações comerciais com os moradores sitiados em Sacramento. Mesmos os campos de bloqueio estabelecidos pelos espanhóis, para isolar os portugueses, não foram suficientes para restringir a circulação de mercadorias e bens.

A Nova Colônia era uma praça eminentemente comercial, e a guerra e o comércio não eram assuntos considerados exatamente como excludentes nessa região. Muito pelo contrário, configurava-se como uma oportunidade, que proporcionava um contato mais direto que, inclusive, facilitava as trocas comerciais⁵⁸. A presença dos lusitanos no interior desse território resultou em uma série de atividades econômicas, como a preia do gado e a extração de couros, tarefas realizadas com a participação de algumas dessas parcialidades «infieis». Igualmente, o contato estabelecido com os índios Minuanos era uma maneira de obter acesso à campanha e os recursos ali existentes⁵⁹. Em contrapartida os portugueses costumavam fornecer a esses indígenas mantimentos e vestimentas para mantê-los pacificados.

⁵⁵ Neumann, 2000: 73-92.

⁵⁶ Para uma descrição desse cerco que durou 22 meses, ver: Sylva, 1993.

⁵⁷ Sá, 1900.

⁵⁸ Prado, 2002: 122-127.

⁵⁹ Conforme o memorial elaborado pelo Tenente Coronel Alvaro Joseph, para uma audiência em abril de 1723, *Os índios minuanos sempre forão e são amigos dos Portuguezes, muito valerosos, e numeroza Nação; possuem muito gado, e bestearias muar, e cavalllar, em Cabral*, 1965: 182 [1713].

Com o término do grande cerco, que durou quase dois anos, são estabelecidos alguns caminhos ligando a cidadela portuguesa ao Rio Grande e a Laguna. A fundação de Rio Grande, em fevereiro de 1737, visava minimizar o isolamento de Colônia e criar uma área de trânsito favorável aos portugueses na região⁶⁰. A expansão da presença lusitana na faixa litorânea determinou a instalação das guardas no arroio Chuí e de um fortim no promontório de São Miguel.

Em março de 1739, após deixar Buenos Aires a bordo de uma fragata, Don Nicolás Geraláin escreveu um breve relato contendo as informações repassadas pelos emissários enviados por ele à Colônia. Ao final do texto Geraláin agregou uma *Relación de las noticias que adquirio en Montevideo*, arrolando outras informações obtidas através de um desertor português que havia fugido do Rio Grande. Soube que os portugueses estavam empenhados em ocupar a região, enviando soldados e armamentos e que havia ordens para fortificar a localidade de São Miguel, distante sessenta léguas de Montevideo. Mencionava que para garantir a permanência nessa região, «en el Chuí tenían una guardia de cincuenta hombres; y que en el Cerro de San Miguel se hallaban los Yndios Minuanes, a quienes proveian de todo lo necesario»⁶¹.

Para garantir as boas relações os lusitanos estavam provendo os Minuanos de tudo que necessitavam, retribuindo através do fornecimento de mercadorias a possibilidade de permanecerem nessa área, sem maiores infortúnios. Em outras palavras, pagavam um tributo aos Minuanos. Essas terras eram ocupadas por «toldos», acampamento onde residiam as populações indígenas que controlavam este território⁶². A existência desses caminhos conectando Colônia às terras interiores facilitavam o contato com as parcialidades indígenas, todas interessadas nas manufaturas introduzidas através desse porto pelos comerciantes portugueses.

AS PARCIALIDADES INDÍGENAS FRENTE AO TRATADO DE MADRI

O Tratado de Madri, assinado em 1750 pelas monarquias ibéricas, teve impacto direto nas relações mantidas entre os índios missioneiros e as populações indígenas não reduzidas. Este Tratado estabelecia a permuta de sete reduções guaranis, localizadas na margem oriental do rio Uruguai, —de um

⁶⁰ Prado, 2002: 54.

⁶¹ *A bordo de la Fragata La Galga*, a vista de Cádiz, 13 de marzo de 1739, AGS, Estado, legajo 7456, doc. 259.

⁶² Erbig, 2015.

total de 30— pertencentes à Espanha, que seriam entregues à Portugal, em troca da Colônia do Sacramento. Tal decisão repercutiu de forma negativa na América hispânica. Principalmente entre a população missioneira implicada na permuta. E mesmo diante das animosidades históricas entre a população das reduções e os índios não cristianizados, havia a esperança de que estes também lutariam em favor da causa dos guaranis rebelados, como se pode inferir através de diversas manifestações.

O tema da adesão dos índios não cristianizados foi um tema frequente entre as lideranças missioneiras, que acreditavam na promessa de que chegariam reforços para auxiliar à tropa das reduções contra os exércitos ibéricos. Em inúmeras ocasiões os guaranis manifestaram confiança nessa colaboração⁶³. Nos seus escritos, eles frequentemente afirmavam contar com o apoio das demais parcialidades indígenas. Contudo, a se julgar pelos resultados, a apregoada adesão dos «infiéis» foi apenas a manifestação de um desejo, visto que estes nunca se apresentaram, e o auxílio prestado pelos Charruas sempre foi muito discreto e pouco fiável, colaborando eventualmente como informante⁶⁴. A respeito da participação dessas parcialidades indígenas no conflito registrado no território missioneiro, Barbara Ganson comentou que «The Guaraní War was not composed of multiethnic coalitions; it was strictly a native rebellion»⁶⁵. Entretanto, podemos supor que a falta de uma unidade era decorrência da postura defensiva dessas parcialidades não catequizadas, conhecidos historicamente como Charruas e Minuanos, em prestar apoio aos Guaraní. Provavelmente temiam possíveis retaliações das autoridades coloniais após os trabalhos de demarcação. A adoção de medidas severas poderia comprometer as «relações de amizade» e inviabilizar as negociações comerciais que mantinham com as respectivas monarquias. Nessa época já era possível aos índios escolherem seus aliados, conforme as conveniências do momento⁶⁶.

O alinhamento automático de todas as parcialidades indígenas, em oposição a presença das comissões demarcadoras no território, não se concretizou. Os reforços nunca chegaram e no início de fevereiro de 1756, os índios missioneiros foram derrotados pelos exércitos ibéricos coligados, em uma função militar conhecida como Batalha de Caiboaté. E mesmo depois do resultado negativo em Caiboaté, algumas lideranças ainda seguiam à espera da colaboração dos ditos «infiéis» para lutarem. O que sabemos é que algumas famílias

⁶³ Quarleri, 2009: 266-278.

⁶⁴ Para uma interpretação tradicional da participação dos «infiéis» nesse conflito ocasionado pela demarcação de limites. Acosta y Lara, 1961. Cabrera Perez, 1989: 215-227.

⁶⁵ Ganson, 2003: 115.

⁶⁶ Garcia, 2008: 613-632.

missioneiras possuíam vínculos parentais com os caciques de certas parcialidades indígenas não afeitas à vida em missão.

Diante dessa derrota, alguns meses depois, em maio de 1756, foi consumada a ocupação dos núcleos urbanos das reduções pelos exércitos ibéricos. Nesse período uma fração da população missioneira passou a viver nas estâncias, ficando à mercê dos ataques de outras parcialidades indígenas. Um testemunho dessa animosidade são as mensagens do alcaide da redução de São Miguel, Hilário Yrama⁶⁷. Trata-se de bilhete redigido em 1757, quando ele estava vivendo na estância dessa redução, em companhia de outros índios, após a ocupação do núcleo urbano pelas comissões demarcadoras. Nesse bilhete ele deixou constância das dificuldades que estavam enfrentado com a proximidade dos «yaros» (infiéis), e que resultou em retaliações às famílias guaranis instaladas nessa estância. Os conflitos eram decorrentes do roubo de animais, que resultou inclusive na morte de alguns índios missioneiros.

Na mensagem enviada ao governador de Buenos Aires, ele notifica os distúrbios que enfrentavam diante do convívio com outros grupos indígenas, e revela o sistema de nomeação utilizado pelas próprias populações locais⁶⁸. As relações de poder no espaço reducional estão expostas nesse documento, fornecendo uma informação de cunho interno, reproduzindo os próprios termos utilizados pelos guaranis para se referir aos demais indígenas⁶⁹. Em diversos episódios é possível perceber como algumas destas classificações estavam sendo manuseadas pelas próprias coletividades. Nessa ocasião utilizaram o termo *yaros* um designativo amparado em seu próprio sistema de identificação, e não a genérica expressão «infiéis», possivelmente porque os próprios índios missioneiros também estavam sendo acusados de «pagãos» ao deixarem as reduções. O termo «yaro» é um gentílico em guarani para designar os Charruas. Em determinadas ocasiões, pelo convívio próximo com estes grupos, alguns jesuítas missioneiros, também fazia uso desse termo.

Esse bilhete escrito em 1757 revela que as lideranças guaranis ao perceberem o alto custo de seguirem resistindo à presença hispânica, mantendo residência nas estâncias, decidiram retornar ao núcleo urbano da redução. O documento informa a percepção que a população missioneira tinha a respeito dos «infiéis», no caso os *yaros*, embasada nas suas próprias experiências. Tal bilhete permite inferir que escrever, se por um lado, permitia um maior envolvimento com a sociedade hispano-americana, por outro, distanciava os

⁶⁷ AGN, Sala IX, 6,10, 2. Esse documento em guarani foi localizado por algum funcionário das comissões demarcadoras e ficou guardado junto aos demais documentos apreendidos.

⁶⁸ Neumann, 2013.

⁶⁹ Neumann, 2015: 131.

Guaranis dos demais indígenas, acentuando suas diferenças em relação às outras parcialidades.

Em 1777, após inúmeros conflitos e negociações, a Colônia do Sacramento passou a integrar definitivamente os domínios hispânicos na América meridional por ocasião do Tratado de Santo Idelfonso, celebrado entre as monarquias Ibéricas. A partir do início dessa nova demarcação de limites as populações locais negociavam a passagem das comissões encarregadas dos trabalhos. Nessas ocasiões foram os indígenas que deliberavam a respeito da possibilidade de os demarcadores circularem livremente na região⁷⁰.

De fato, entre as comunidades indígenas que compartilhavam e disputavam o território missionário, ainda persistiam algumas das denominações utilizadas no início do século XVIII, porém sem a mesma diversidade taxonômica, visto que o repertório à disposição para denominar as coletividades locais se mostrava bem mais restritas frente ao elenco das classificações utilizadas no início dos setecentos.

BREVES CONCLUSÕES

O interesse em estudar as sociedades indígenas determinou uma revisão quanto ao papel que essas comunidades apresentaram na história, implicando em uma reconsideração de determinadas categorias utilizadas na sua análise. Este artigo se soma aos trabalhos que têm questionado a validade de certas tipologias, problematizando os esquemas de classificação utilizadas nas fronteiras coloniais americanas. A renovação em curso tem revelado aspectos outrora desconhecidos das transformações operadas nas sociedades nativas instaladas nas áreas limítrofes dos Impérios Ibéricos. Agora sabemos que muitas dessas classificações foram geradas em decorrência da própria situação colonial. Trata-se de categorias impostas e destinadas a homogeneizar distintas populações originárias. Em muitos casos houve uma essencialização dos grupos étnicos, geralmente adscritos a um espaço geográfico fixo e tidos como comunidades imutáveis. Em outras palavras, as etnias indígenas são produtos da história uma invenção colonial projetada para domesticar e controlar uma realidade social então desconhecida.

Através deste artigo procurei mapear alguns dos momentos em que as categorias coloniais ganharam maior visibilidade diante da expansão ibérica no Rio da Prata. O quadro etnográfico estava em constante ajuste como se pode perceber na retração do número dos etnônimos que ainda estavam em circulação em meados do século XVIII, mostrando a cada momento que as

⁷⁰ Erbig, 2015.

redefinições das classificações eram cálculos de incorporação e alianças com finalidades precisas. As populações indígenas não estiveram alheias a este jogo identitário, pois eram parte constitutiva das políticas e iniciativas que emanavam da sociedade colonial. Em diversas ocasiões elas buscavam alternativas frente a um cenário em constante mutação, demandando um esforço dos evangelizadores e das autoridades coloniais para atualizar seu sistema de classificação. Havia uma preocupação em estabelecer uma taxinomia que permitisse nomear de maneira confiável os grupos indígenas presentes nesta fronteira da América meridional, destacando desde as qualidades morais bélicas ou esboçando avaliações quanto a própria índole dessas populações. Época em que também são fixadas e reproduzidas algumas das classificações utilizadas para nomear as parcialidades indígenas presentes na região.

BIBLIOGRAFIA

- Acosta y Lara, Eduardo, *La Guerra de los Charrúas en la Banda Oriental (período hispánico)*, Montevideo, Impresores A. Monteverde y Cia., 1961.
- Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, publicados bajo la dirección de los Archiveros de la Nación, José Juan Biedma y Augusto S. Mallie*, Buenos Aires, Tall. Graf. de la Penitenciaría Nacional 1907-1930, serie I, tomos I-XVIII, y serie II, tomos I-IX.
- Almeida, Luís Ferrand de, *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- Almeida, Luís Ferrand de, “A Colônia do Sacramento nos princípios do século XVIII (uma fonte importante para o seu estudo)”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976, tomo XVI.
- Almeida, Maria Regina C., *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.
- Araya, Alejandra y Valenzuela, Jaime (eds.), *América colonial: denominaciones, clasificaciones e identidades*, Santiago, RIL Editores, 2010.
- Barrios Pintos, Aníbal, *Historia de los pueblos orientales*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
- Barros, Dalmiro da Mota Buys de, *Colônia do Sacramento, Batizados Casamentos e Óbitos, 1690-1777*, Rio de Janeiro, Vermelho Marinho, 2012, vol. 1 e 2.
- Barth, Fredrik, “Grupos étnicos e suas fronteiras”, P. Poutignat, *Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo, Unesp, 1998: 187-227.

- Boccaro, Guillaume, “Mundos Nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relecturas de los procesos coloniales de Etnogênes, Etnificación y mestizaje en tiempos de Globalización”, *Novo Mundo Mundos Novos*, revista eletrônica (Paris, 2001): 1-56, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.426>.
- Bracco, Diego, *Charrúas, guenoas y guaraníes. Interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata*, Montevideo, Linardi y Risso, 2004.
- Bracco, Diego, *Con las armas en la mano: Charrúas, Guenoa-minuanos y Guaraníes*, Montevideo, Planeta, 2013.
- Bracco, Diego, “Los guenoa minuanos misioneros”, *Memoria Americana*, 24/1 (Buenos Aires, 2016): 33-54.
- Bracco, Diego y Lopez Mazz, José M., *Minuanos: apuntes y notas para la historia y la arqueología del território Guenoa-Minuan*, Montevideo, Linardi y Risso, 2010.
- Bracco, Diego y López Mazz, José M., “Guenoa minuanos: caciques e território”, *História: debates e tendências*, 19/4 (Passo Fundo, 2019): 745-771, disponible en <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10496>.
- Cabeza de Vaca, Álvaro Núñez, *Naufrágios Y Comentários*, Barcelona, Ediciones Orbis, 1988 [1555].
- Cabral, Sebastião da Veiga, *Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento [1713]*, Montevideo, Imprenta Nacional, Apartado da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, 1965, t. XXIV [1713].
- Cabrera Pérez, Leonel, “Los «indios infieles» de la Banda Oriental y su participación en la Guerra Guaranítica”, *Estudios Ibero-Americanos*, 15/1 (Porto Alegre, 1989): 215-227.
- Campaña del Brazil (Antecedentes Coloniales), Tomo I (1535-1749)*, Buenos Aires, Guillermo Kraft, 1931.
- Carvalho Júnior, Almir Diniz de, *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, tese de doutorado.
- Cortesão, Jaime (org.), *Tratado de Madri, antecedentes - Colônia de Sacramento (1669-1749)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1954.
- Erbig, Jeffrey Alan Jr., *Imperial lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805*, Chapel Hill, University of North Carolina, 2015.
- Farage, Nádia, *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- Ganson, Barbara, *The Guarani under Spanish rule in the Río de la Plata*, Stanford, University Press, 2003.

- Garcia, Elisa F., “Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de «amizade» entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800)”, *Varia História*, 24/60 (Belo Horizonte, 2008): 613-632.
- Garcia, Elisa F., *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.
- Giudicelli, Christophe, “Encasillar la frontera. Clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en el área diaguíta-calchaquí (S.XVI-XVII)”, *Anuario IEHS: Instituto de Estudios Histórico Sociales*, 22 (Tandil, 2007): 161-212.
- Giudicelli, Christophe, *Fronteras movedizas. Clasificaciones coloniales y dinámicas socioculturales en las fronteras americanas*, Mexico, Casa de Velazques, 2012.
- Giudicelli, Christophe (coord.), *Luchas de clasificación. Las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropiación*, Rosário / Lima, Protohistoria ediciones / Instituto Francés de Estudios Andinos, 2018.
- Herzog, Tamar, *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and Americas*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2015.
- Latini, Sergio H., “Reducción de Charruas en la «Banda del Norte» a principios del siglo XVII: logros del poder colonial o estrategias indígenas de adaptación?”, *Memoria Americana*, 21/2 (Buenos Aires, 2013): 203-233.
- Melià, Bartomeu, “Un Guaraní reportero de guerra”, *Acción: revista paraguaya de reflexión y diálogo*, 28 (Asunción, 2000): 20-23.
- Monteiro, John Manuel, *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- Monteiro, John Manuel, “Armas e armadilhas: história e resistência dos índios”, Adauto Novais (org.), *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- Monteiro, John Manuel, *Tupis, tupuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo*, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas, 2001, tese apresentada para o concurso de Livre Docência em Antropologia.
- Neumann, Eduardo S., “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757”, *Revista Complutense de História de América*, 26 (Madrid, 2000): 73-92.
- Neumann, Eduardo S., “Documentos escritos por indígenas: as duas mensagens de Hilário Yrama (1757)”, *Corpus* (em linha), 3/1 (Mendoza, 2013): 1-10, <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.346>.
- Neumann, Eduardo S., *Letra de índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena das Reduções do Paraguai*, São Bernardo do Campo, Nhanduti Editora, 2015.

- Oliveira, João Pacheco, “Uma etnologia dos «índios misturados»? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, *MANA*, 4/1 (Rio de Janeiro, 1998): 47-77.
- Paz Obregon Iturra, Jimena, Capdevila, Luc y Richard, Nicolas (dirs.), *Les indiens des frontières coloniales, Amérique australe, XVIIe siècle/temps présent*, Rennes, Press Universitaires de Rennes, 2011.
- Pereira, Cesar Castro, “Y hoy están paz”: *relações sócio-políticas entre os índios infieis da Banda Oriental e guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801)*, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Historia da Universidade Federal do Paraná, 2012, dissertação de mestrado.
- Pi Hugarte, Renzo, *Los indios del Uruguay*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1997.
- Possamai, Paulo, *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006.
- Prado, Fabrício, *A Colônia do Sacramento - o extremo sul da América Portuguesa*, Porto Alegre, Ediplat, 2002.
- Quarleri, Lía, *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuitas e impactos coloniales*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.
- Sá, Simão Pereira de, *História Topográfica e Bélica de Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1900. (2ª edição, integral, Porto Alegre, RBS e Banco Real, 1993).
- Santos, Maria Cristina dos y Baptista, Jean Tiago, “Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc XVII-XVIII)”, *História Unisinos*, 11/2 (São Leopoldo, 2007): 240-251.
- Santos, Maria Cristina dos y Felipe, Guilherme Galhegos, “As diversas fronteiras da América Meridional: alianças e inimizades com infieis no século XVIII”, *Anos 90*, 27 (Porto Alegre, 2020): 1-16.
- Schmidl, Ulrico, *Viaje al Río de la Plata*, Buenos Aires, Claridad, 2009 [1567].
- Sylva, Silvestre Ferreira da, *Relação do Sitio da Nova Colônia do Sacramento*, Porto Alegre, Arcano 17, 1993 [fac-simile 1748].
- Thun, Harald, Cerno, Leonardo y Obermeier, Franz (introducción y notas), *Guarani-hape tecocue – Lo que pasó en la guerra (1704-1705)*, Kiel, Westensee-Verl, 2015. Fontes Americanae, 5.
- Vainfas, Ronaldo, *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- Vidart, Daniel, *El mundo de los Charrúas*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

- Vollweiler, Sabrina Lorena, “Nombres y rótulos étnicos en la región pampeana durante la segunda mitad del siglo XVII”, *Memoria Americana*, 28/I (Buenos Aires, 2020): 42-58.
- Wilde, Guillermo, *Religión y poder en las misiones de Guaraníes*, Buenos Aires, SB, 2009.
- Wilde, Guillermo, “Invención, circulación y manipulación de clasificaciones en los orígenes de una antropología misionera”, Christophe Giudicelli (coord.), *Luchas de clasificación. Las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropiación*, Rosário / Lima, Protohistoria / Instituto Francés de Estudios Andinos, 2018: 41-77.

Fecha de recepción: 4 de febrero de 2021.

Fecha de aceptación: 16 de junio de 2022.

Poblaciones indígenas frente a la colonia de Sacramento: de los conflictos a las categorías de clasificación colonial en el Río de la Plata (1680-1777)

Fundada en 1680 por los portugueses, la colonia de Sacramento, desde sus inicios, fue un factor que alteró las relaciones étnicas y sociales en el Río de la Plata. Esta ciudadela se presenta como un escenario prometedor y privilegiado para observar las acciones emprendidas con las sociedades indígenas de América del Sur. También puede ser modelo de cómo se atribuyeron determinadas denominaciones étnicas a dichas sociedades. La correspondencia jesuitica y la documentación de los gobernadores coloniales proporcionan información sobre las clasificaciones y las categorías impuestas a estas poblaciones. Las fuentes, a pesar de sus limitaciones, permiten indagar en las condiciones en las que se produjeron las diferencias y también en las condiciones bajo las cuales determinadas comunidades llegaron a ser concebidas como una colectividad.

PALABRAS CLAVES: *Colonia de Sacramento; poblaciones indígenas; categorías de clasificación; Río de la Plata; fronteras coloniales.*

Indigenous populations and Colônia do Sacramento: from conflict to Colonial classification categories in Rio da Prata (1680-1777)

Founded in 1680 by the Portuguese, Colônia do Sacramento disrupted ethnic and social relations in Rio da Prata from the outset. The citadel is a promising and privileged setting from which to observe actions involving indigenous societies in South America and serves to illustrate how certain ethnic denominations were attributed to them. Jesuit correspondence and the documentation of the colonial governors provide information about the categories in which these populations were classified. Despite their limitations, the sources allow to explore the conditions in which these differences occurred, and the ways in which certain communities came to be perceived as a collective.

KEY WORDS: *Colonia de Sacramento; Indigenous populations; Classification categories; Rio da Prata; Colonial borders.*
